

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Noxis planeja construir refinaria em Sergipe	2
Título: Petrobras bate recorde na exportação de óleo	4
Título: Vale vai recompor estoques na China, apesar de coronavírus	6
Título: Curtas	8
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	9
Título: Petrobras produz mais e mantém refinarias ociosas	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Tema na pauta de governadores.....	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 11/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito**Título:** Noxis planeja construir refinaria em Sergipe

A construção da primeira refinaria privada do país depois de mais de 50 anos pode sair do papel ainda neste ano. A recém-criada companhia brasileira Noxis Energy, por investidores e técnicos experientes do mercado de refino, obteve no último mês a licença ambiental prévia para a implantação de uma refinaria de pequeno porte em Sergipe. Com investimentos estimados em US\$ 700 milhões, a unidade terá capacidade prevista para processar 35 mil barris/dia de petróleo.

O plano estratégico da Noxis é produzir e fornecer principalmente óleo combustível utilizado por navios, conhecido como bunker, com baixo teor de enxofre. A exigência para o uso do bunker menos poluente pelas embarcações, estipulada pela Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), entrou em vigor este ano. Além do bunker, a refinaria também produzirá diesel marítimo e nafta.

A Noxis busca agora fundos de investimentos interessados em aportar recursos no projeto em troca de uma participação na sociedade. Além disso, a companhia mantém conversas com três grupos de engenharia brasileiros para fechar o contrato de EPC (sigla em inglês para o modelo que inclui a construção, montagem e compra dos equipamentos) da refinaria.

Em paralelo, segundo o presidente executivo da Noxis, Gabriel Debellian, a empresa está em negociação com a multinacional de origem americana Fluor para o desenvolvimento do projeto e a construção dos módulos. Também são mantidas negociações com a Siemens para o fornecimento dos equipamentos. A ideia, de acordo com o executivo, é que a refinaria seja integralmente informatizada.

O executivo conta que a companhia já possui uma carta de intenções assinada com a Petrochina para adquirir o petróleo necessário para a refinaria, por um período de dez anos. Na outra ponta, a Noxis possui outra carta de intenções com a trading multinacional de origem dinamarquesa Bunker One para fornecer o combustível marítimo, pelo mesmo período. A

demanda da Bunker One responderia por cerca de 50% da capacidade de processamento da refinaria.

Debellian explica que as cartas assinadas com a Petrochina e a Bunker One são “bankable”, ou seja, podem ser consideradas para a contratação de uma linha de financiamento para a construção da refinaria.

Na etapa atual do empreendimento, a companhia deve investir entre US\$ 4 milhões e US\$ 5 milhões no detalhamento do projeto, enquanto busca a licença ambiental de instalação. Segundo Debellian, a licença pode ser emitida em cerca de oito meses. Até o momento, já foram investidos aproximadamente US\$ 3,5 milhões no projeto.

A refinaria ocupará uma área de 500 mil metros quadrados (sendo 350 mil metros quadrados de área útil) contratada junto à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Codise), em Barra dos Coqueiros, na região metropolitana de Aracaju (SE). Situada em uma região portuária, a refinaria tem localização estratégica tanto para receber o petróleo quanto para fornecer o combustível. Dessa forma, explica o executivo, a companhia não fica dependente da utilização de infraestrutura logística de outras empresas.

A expectativa é que o empreendimento movimente 2,8 milhões de toneladas de petróleo e combustível por ano.

Em mais longo prazo, a companhia tem planos de adquirir e refinar petróleo de pequenos produtores terrestres do país, que, por falta de opção, hoje são obrigados a vender a produção para a Petrobras, que aplica um desconto sobre o preço do produto. Nessa linha, a Noxis tem em carteira projetos para construir outras duas refinarias, no Espírito Santo e no Maranhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 11/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito**Título:** Petrobras bate recorde na exportação de óleo

Empresa atinge marca de 767 mil barris por dia em novembro, puxada por alta do pré-sal

A Petrobras se consolidou, em 2019, como uma exportadora relevante de petróleo no mercado internacional. A companhia bateu recorde mensal de vendas da commodity para o exterior, em novembro, de 767 mil barris/dia, e fechou o ano com um aumento de 25,2% nas exportações de óleo cru, em relação a 2018. Ao todo, foram embarcados, em média, 536 mil barris/dia no ano passado. Os números refletem os recordes da produção da companhia no pré-sal.

A empresa produziu em 2019, em média, 2,172 milhões de barris/dia de petróleo no Brasil, o que representa alta de 6,7% na comparação anual. O volume ficou acima da meta prevista para o ano, de 2,1 milhões de barris diários. O pré-sal respondeu, segundo a petroleira, por 59% do volume de óleo produzido por ela no país. Em 2018, para efeitos de comparação, esse percentual era de 49%.

Já a produção total de petróleo e gás natural cresceu 5,4%, para um patamar recorde de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia). No último trimestre, os volumes atingiram os 3,025 milhões de BOE/dia - crescimento de 13,7% em relação a igual período do ano anterior. Em relatório de produção e vendas, divulgado ontem, a Petrobras destacou que atingiu o limite superior da meta traçada para 2019, de 2,7 milhões de BOE/dia, com variação de 2,5% para cima ou para baixo. A estatal reafirmou que a meta será a mesma para 2020. Com relação à produção específica de óleo, a empresa reafirmou a meta de 2,2 milhões de barris/dia para este ano.

A Petrobras explicou que a performance recorde no ano passado “reflete o melhor resultado no segundo semestre de 2019, impulsionado pelo ramp-up [crescimento da produção] dos novos sistemas de produção, que mais

do que compensou os desafios, enfrentados no primeiro semestre de 2019”.

Enquanto no pré-sal a companhia registra recordes, o pós-sal manteve a sua trajetória descendente. Houve queda de 13,7% na produção de óleo nessa região, que concentra uma série de campos maduros em fase de declínio. Ao todo, o pós-sal em águas profundas e ultraprofundas produziu, em média, 704 mil barris/dia.

A empresa atribuiu a queda, em parte, ao encerramento do ciclo produtivo da P-33 e P-37, que serão substituídas pelas novas unidades do projeto de revitalização de Marlim, na Bacia de Campos; e a ajustes nas unidades de processamento das plataformas, para enquadramento do teor de óleo e graxas da água descartada, em linha com o termo de compromisso firmado com o Ibama.

A companhia também registrou queda de 18,8% na produção de óleo e gás no exterior, para média de 82 mil BOE/dia. A retração é reflexo da venda de ativos.

A Petrobras atualizou, ainda, o cronograma dos novos projetos do pré-sal, e prevê começar a operar a plataforma P-70, no campo de Atapu, na Bacia de Santos, ainda no primeiro semestre.

A petroleira destacou que a aquisição dos ativos de Itapu e Búzios no leilão do excedente da cessão onerosa, em novembro de 2019, reafirma o “foco na exploração e produção de ativos offshore [em alto-mar] de classe mundial”. Segundo a Petrobras, Búzios possui reservas substanciais, baixo risco e baixo custo de extração, “sendo resiliente a cenários de preços inferiores a US\$ 40 por barril”.

Já no mercado de combustíveis, a produção nas refinarias da Petrobras em 2019 foi de 1,779 milhão de barris/dia, alta de 0,8% em relação ao ano anterior. O crescimento foi destinado à exportação de bunker (óleo combustível para navios) e de gasolina de alta octanagem, “que é valorizada no mercado americano, diante de menores vendas deste derivado no mercado interno”.

As vendas de gasolina no mercado doméstico somaram 378 mil barris diários, queda de 6% ante 2018. A retração, explicou a companhia, foi motivada pela maior participação dos importadores de combustíveis e pelo aumento das vendas de etanol. Já a comercialização de diesel recuou 0,8%,

totalizando 725 mil barris/dia, também devido ao aumento da participação de importadores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas

Título: Vale vai recompor estoques na China, apesar de coronavírus

Vale vai recompor estoques de minério de ferro na China em 2020, apesar de coronavírus poder reduzir crescimento chinês no 1º trimestre do ano

A Vale vai manter a política de recomposição de estoques no mercado chinês, apesar das projeções de que o coronavírus pode reduzir o crescimento da China no 1º trimestre. Em 2019, os estoques de minério de ferro da empresa caíram uma vez que houve cortes na produção depois de Brumadinho (MG) e porque havia compromissos assumidos com clientes.

Em 2020, a recomposição de estoques é o “caminho natural” para a Vale. Até o momento não houve efeitos negativos do coronavírus para a companhia em termos de vendas e de movimentação nos portos chineses. A formação de estoques, portanto, está mantida.

Trata-se de uma estratégia comercial uma vez que a companhia tem interesse de vender para as siderúrgicas asiáticas o BRBF, produto resultante da combinação do ferro de Carajás (PA) com minérios de qualidade intermediária. Essa mistura (blend) é feita em um terminal portuário que a empresa tem na Malásia e em portos da China. Estimativas de mercado indicam que, em 2019, a companhia consumiu 14 milhões de toneladas de seus estoques. Daí a conclusão de que a recomposição dos volumes estocados é necessária. O limite dos estoques da Vale é a capacidade de fazer a mistura (“blendagem”) na China, principal mercado da mineradora brasileira.

Em 2019, pela primeira vez em muitos anos, a Vale divulgou meta de vendas e não de produção. Foi uma mudança assumida depois de Brumadinho. Analistas consideram que, no ano passado, a empresa vendeu acima do que produziu. Os números oficiais serão conhecidos hoje quando a Vale divulgar o relatório de produção do quarto trimestre de 2019. Para 2020, a empresa

tem meta de produção de minério de ferro de 340 milhões a 355 milhões de toneladas. Essa meta está mantida mesmo com o coronavírus e com as previsões de desaceleração da economia chinesa no primeiro trimestre.

No começo do ano, a Vale enfrentou outra dificuldade que foram as chuvas em Minas Gerais. O **Valor** apurou que, apesar disso, a empresa opera em condições quase normais, com pequenas reduções nos embarques no Espírito Santo. Até agora, portanto, a empresa não teria maiores motivos de preocupação. Um efeito a ser sentido pela Vale neste primeiro trimestre, no entanto, será a parada da mina de Brucutu (MG) em função da suspensão da deposição de rejeitos na barragem de Laranjeiras, ligada à mina. Brucutu é a principal mina de minério de ferro da Vale em Minas. Há expectativa que Brucutu volte a operar em março, mas depende das autoridades.

Outro efeito sentido pela Vale e concorrentes desde a eclosão do coronavírus foi a queda dos preços. O minério de ferro caiu mais de US\$ 10 por tonelada desde janeiro, situando-se ontem na casa dos US\$ 82 por tonelada no mercado à vista da China. Para analistas, o preço estava alto e é preciso considerar que o minério de ferro tem também um componente especulativo, representando pelo mercado futuro de Dalian. Há entre especialistas quem não espere uma grande queda nos preços uma vez que a relação entre oferta e demanda continua equilibrada. Em parte, isso ocorre justamente pelas limitações que a Vale tem para aumentar a produção por causa de suas barragens em MG. Houve também, neste ano, problemas climáticos na Austrália, outro grande produtor mundial da commodity.

Ontem o banco Itaú BBA divulgou relatório sobre commodities em que continua a trabalhar com uma estimativa de preço médio para o minério de ferro de US\$ 75 por tonelada em 2020, US\$ 18 por tonelada abaixo de 2019. Apesar disso, o banco projeta que a Vale pode ter neste ano uma geração de caixa superior a US\$ 4,6 bilhões, o que se transformaria em uma taxa de retorno de 8% ao ano. O banco também espera que a Vale retome o pagamento de dividendos e chegue a acordos adicionais com as autoridades ainda neste ano.

Yuri Pereira, analista da XP Investimentos, vê o cenário de controle do coronavírus no primeiro semestre. Ele disse que o governo chinês está, desde o ano passado, disposto a dar incentivos que estimulem a economia do país. Foi o que os chineses fizeram nas últimas crises: a da Sars (2003) e

a financeira internacional (2008), dando estímulos para aportes em infraestrutura. Há expectativa que o fenômeno possa se repetir. Se houver de fato novos estímulos governamentais, as mineradoras poderão se beneficiar, disse fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/02/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petrobras vende ativo

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação da oportunidade referente à venda da totalidade de sua participação na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III), unidade industrial de fertilizantes nitrogenados localizada em Três Lagoas (MS). Segundo a companhia, o “teaser”, que contém as principais informações sobre o ativo, e os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais investidores, está disponível em seu site. A construção da UFN-III teve início em setembro de 2011, mas foi interrompida em dezembro de 2014, com avanço físico de cerca de 81%. Após concluída, a unidade terá capacidade projetada de produção de ureia e amônia de 3,6 mil toneladas ao dia e 2,2 mil toneladas ao dia, respectivamente. A conclusão da UFN-III será de responsabilidade do potencial comprador.

Minério no vermelho

O adiamento do retorno de uma série de fábricas na China, diante da disseminação do coronavírus, reduziu a atividade no mercado transoceânico de minério de ferro e levou a commodity de volta ao terreno negativo no fechamento de ontem. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a tonelada do minério com 62% de pureza no porto de Qingdao foi negociada a US\$ 82,88, com desvalorização de 0,85%. Em fevereiro, a matéria-prima do aço acumula baixa de 2,4%, enquanto no ano as perdas chegam a 10%.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 11/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Petrobras produz mais e mantém refinarias ociosas

Rio de Janeiro Em um ano de recordes na produção brasileira de petróleo, a Petrobras manteve estratégia de operar suas refinarias com elevado nível de ociosidade, deixando espaço no mercado brasileiro para a importação de combustíveis.

Em relatório divulgado nesta segunda (10), a empresa diz que produziu, em média, 2,77 milhões de barris de petróleo e gás em 2019, seu recorde anual. No quarto trimestre, o volume chegou a 3,025 milhões de barris, o maior já registrado para um trimestre.

O desempenho foi impulsionado pelo crescimento da produção em plataformas do pré-sal —em 24 meses, a estatal conseguiu iniciar as operações em oito novas unidades. O volume de petróleo extraído pela empresa no país chegou a 2,172 milhões de barris por dia, alta de 6,7% ante 2018.

No refino, porém, os níveis de produção permanecem em patamares bem inferiores aos recordes obtidos em meados dos anos 2010. Em 2019, a produção de combustíveis pela empresa somou 1,765 milhão de barris por dia, 18,6% abaixo dos recordes de 2,170 milhões de barris por dia, obtidos em 2014 e 2016.

O volume é praticamente estável com relação a 2018 (alta de 0,8%). O volume de petróleo refinado pela companhia subiu 0,3%, para 1,720 milhão de barris por dia, o que indica uma ociosidade de 23% em relação à capacidade das refinarias da estatal.

A menor operação de refinarias em um período de recordes na produção é alvo de críticas de sindicatos ligados à estatal, que acusam uma política de “desmonte” para a atração de empresas privadas para o mercado de combustíveis.

Com menos produção de combustíveis, parte do mercado tem que ser abastecida por importações. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo), em dezembro, as importações responderam por 13,7% da demanda por gasolina e 22,9% da demanda por diesel no Brasil.

A política vem sendo adotada desde 2017, ainda na gestão Pedro Parente. Dois anos antes, a capacidade brasileira de refino havia sido ampliada com a inauguração da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, a primeira unidade de grande porte do país desde 1980 e alvo da Lava Jato.

Em nota à Folha, a empresa diz que o uso das refinarias depende da demanda do mercado e da capacidade de produzir derivados de mais alto valor.

“Processar mais petróleo não significa necessariamente obter o melhor resultado econômico. A opção por refinar em vez de vender o petróleo cru depende, dentre outros fatores, das cotações de preços do petróleo e dos derivados.”

No Relatório de Produção divulgado nesta segunda-feira, a empresa diz que o crescimento da produção de combustíveis é resultado de maior demanda global por combustível marítimo com baixo teor de enxofre e por gasolina e alta octanagem.

O combustível marítimo produzido com óleo do pré-sal é adequado às novas especificações de controle de emissões de poluentes da IMO (sigla em inglês para Organização Marítima Internacional), que entraram em vigor neste ano.

Com a maior produção de petróleo e refino ainda em baixa, a estatal bateu recorde também nas suas exportações de óleo cru: na média do ano, a exportação de óleo foi de 536 mil barris por dia, 25,2% a mais do que em 2018. Em novembro, o volume chegou a 767 mil barris por dia.

Na avaliação do governo, a produção de combustíveis tende a aumentar quando as refinarias da Petrobras forem transferidas à iniciativa privada. A expectativa é que os novos donos se esforcem para reduzir custos e consigam operar com nível de utilização em torno dos 90%.

O economista Rodrigo Leão, do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra), diz que, além do impacto na balança, a maior dependência de importações torna o Brasil

mais vulnerável a oscilações dos preços internacionais do petróleo e combustíveis.

Leão diz que o mix de produtos da empresa não variou muito após o início da política e que a estratégia pode ter como objetivo enxugar as operações das refinarias à venda, que vêm operando com capacidade inferior às unidades que a empresa manterá.

A Petrobras colocou à venda oito de suas refinarias e focará a região Sudeste. O primeiro pacote, com quatro delas, inclui a Abreu e Lima e unidades no Paraná, no Rio Grande do Sul e na Bahia. A expectativa da empresa é receber as propostas em março.

A estatal já operou com nível de utilização superior a 90%, durante o início dos anos 2010, quando o consumo de combustíveis no Brasil registrava grande crescimento. Naquele período, porém, a área de refino da empresa apresentava prejuízos bilionários.

Entre 2011 e 2013, as perdas foram de R\$ 50,6 bilhões, resultado de uma política de represamento de preços dos combustíveis durante o primeiro governo Dilma Rousseff. Em 2014, com efeito também de baixas contábeis relacionadas a corrupção e projetos deficitários, o prejuízo do segmento foi de R\$ 38,9 bilhões.

A possibilidade de privatização das refinarias dá força à greve que os petroleiros realizam desde o dia 1º. O movimento foi iniciado em protesto contra a demissão de mil pessoas com o fechamento da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados (PR).

Com o risco de novas demissões e perda de benefícios com a transferência das refinarias, os trabalhadores têm se mobilizado no que acreditam ser a maior greve da categoria desde 1995, quando ficaram parados por 32 dias.

Segundo os sindicatos, a greve mobiliza 18 mil empregados em plataformas, refinarias e outras unidades em 13 estados. Na sexta (7) a Petrobras anunciou que buscará trabalhadores temporários para compensar a falta de contingente em suas unidades.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 11/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Tema na pauta de governadores

O VII Fórum de Governadores, marcado para hoje, em Brasília, tem como um dos principais itens da pauta o preço dos combustíveis e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF). Todos os governadores e secretários de Fazenda confirmaram presença, segundo os organizadores do evento, que ocorrerá na sede do Banco do Brasil.

Entre os outros itens que serão debatidos estão: a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); o Fundo de Participação dos Estados (FPE); o Pacto Federativo do Plano Mais Brasil, que foi enviado ao Senado no fim do ano passado; a distribuição dos royalties do petróleo; e o projeto que permite a securitização da dívida ativa de estados e municípios. Este último era uma das prioridades apresentadas pelos governadores, em 2018, ao presidente Jair Bolsonaro.

Também deve ser fechada uma sugestão de emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que trata dos gatilhos para cortes de despesas para o ajuste fiscal de estados e União. Um dos itens a serem incluídos é o que versa sobre a liberdade para os estados realizarem operações de crédito, sem o aval da União, como emissão de títulos e securitização de créditos a receber.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse ao Correio que a questão dos combustíveis está na pauta da reunião devido ao impasse criado pelo governo federal, mas esse tema não é o foco dos governadores.

“Esta é uma pauta do governo federal, não nossa. Nosso foco são as pautas do Pacto Federativo, que não avançaram muito no ano passado”, adiantou. Ibaneis reforçou o discurso dos secretários estaduais de Fazenda de que as propostas do governo de transferência de recursos para os estados e municípios podem ser aprofundadas, para que os governadores possam ampliar os investimentos em saúde, educação e segurança pública nos estados.

Na semana passada, o presidente Bolsonaro, irritado com constante a alta da gasolina nas bombas — apesar de a Petrobras ter realizado três reduções no preço na refinaria —, fez um desafio aos governadores, afirmando que se eles zerassem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, o governo federal faria o mesmo. O tributo é a principal fonte de receita dos estados, cuja alíquota é diferente em cada um deles — a média da arrecadação sobre os combustíveis gira em torno de 20% da receita dos entes federativos. A proposta de Bolsonaro foi classificada como “populista” por governadores e especialistas, porque nenhum dos governos tem espaço fiscal para tal medida.

Pelas estimativas da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), se os estados tivessem que abrir mão de 15% da arrecadação total, isso representaria um deficit de mais de R\$ 87 bilhões por ano. No caso da União, pelas estimativas da Receita Federal, a União recebe em seus cofres em torno de R\$ 30 bilhões por ano, com tributos sobre os combustíveis.

Nem mesmo integrantes da equipe econômica apoiam a proposta de Bolsonaro. O Tesouro vem registrando rombos nas contas públicas desde 2014 e, neste ano, a meta fiscal é de um deficit de até R\$ 124 bilhões.

Propostas

Amanhã, todas essas pautas serão discutidas novamente, só que em uma reunião entre os secretários estaduais da Fazenda e Paulo Guedes. A reforma tributária deve ser o assunto principal do ministro da Economia, pois, segundo os secretários, pode resolver temas importantes, como a recente guerra dos tributos dos combustíveis. Rafael Fonteles, presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), explicou que, ao unir todos os impostos que incidem sobre o consumo em um único tributo, a reforma pode reduzir a alíquota que incide sobre os combustíveis. “Haveria, portanto, uma diminuição do preço da gasolina e do óleo diesel”, afirmou.

Para que isso aconteça, porém, a reforma deve seguir a linha do que vem sendo discutido no Congresso e atingir tanto os impostos federais quanto os estaduais, como o ICMS. Por isso, os secretários vão defender, junto a Guedes, que a proposta do governo não se limite aos tributos federais,

unificando PIS-Cofins, uma ideia antiga dentro da pasta. Além disso, os secretários vão apresentar propostas que podem aprimorar o ajuste fiscal dos estados e ampliar o volume de recursos que o governo pode repassar para os entes federativos, nos próximos 15 anos, dentro do novo Pacto Federativo — montante que foi orçado em R\$ 400 bilhões pelo governo.

No caso da PEC Emergencial, a ideia dos secretários que estiveram reunidos ontem, em Brasília, é de que os gatilhos de contenção de gastos que a União e os estados sejam obrigados a acionar, em caso de emergência fiscal, tornem-se compulsórios — e não opcionais, como diz hoje a PEC. Os secretários só não querem a obrigatoriedade para mais polêmico desses gatilhos: o que reduz a carga horária e, conseqüentemente, o salário dos servidores.

Além disso, eles propõem dois momentos diferentes de contenção fiscal. O primeiro seria um dispositivo prudencial, acionado quando a despesa corrente do estado chegar a 90% da receita e impedir os governadores de tomar ações, como a criação de novos cargos no funcionalismo. Já o segundo gatilho seria acionado caso esse percentual de comprometimento fiscal continuasse crescendo e chegasse aos 95% — traria ajustes mais bruscos, como a suspensão dos reajustes salariais dos servidores.

MME / ASCOM.